



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**REQUERIMENTO DE SEMINÁRIO**

**(Da Sra. Carla Ayres)**

Apresentação: 08/07/2024 21:37:47.953 - CLP

REQ n.129/2024

Requer a realização de Seminário no estado de Santa Catarina, para debater o fortalecimento das políticas de saúde não medicamentosas, em data e local a serem definidos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, seja realizado Seminário no estado de Santa Catarina, em data e local a serem definidos, para debater o fortalecimento das políticas de saúde não medicamentosas.

### **JUSTIFICAÇÃO**

As políticas de saúde não medicamentosas, que incluem práticas integrativas e complementares, terapias alternativas, e medidas preventivas, têm se mostrado eficazes na promoção da saúde e no bem-estar da população. Estas abordagens contribuem para a redução da medicalização excessiva, prevenção de doenças, e promoção de uma vida mais saudável e equilibrada.

A naturologia e os naturólogos desempenham um papel essencial nesse contexto, aplicando conhecimentos científicos e técnicos de terapias naturais e práticas integrativas para promover a





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

saúde e prevenir doenças. Sua atuação complementa os serviços de saúde convencionais, oferecendo uma abordagem holística e personalizada aos cuidados de saúde.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) já incorpora algumas dessas práticas através da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). No entanto, ainda há desafios significativos para a implementação e expansão dessas políticas, como a falta de conhecimento e aceitação por parte da população e dos profissionais de saúde, a necessidade de maior investimento em pesquisas e capacitação, e a integração dessas práticas nos serviços de saúde.

O objetivo deste seminário é reunir especialistas, profissionais de saúde, gestores públicos, naturólogos e representantes da sociedade civil para discutir estratégias de fortalecimento das políticas de saúde não medicamentosas. Será uma oportunidade para avaliar o impacto dessas práticas na saúde pública, identificar obstáculos à sua implementação e propor soluções para a sua ampliação e integração no SUS.

Pelo exposto, peço o apoio dos pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em        de        de 2024.

**Deputada Carla Ayres  
(PT/SC)**

